

# **A especialização em educação ambiental: lugar para a constituição de identidades sociais**

## **Graduate courses in environmental education: place for the constitution of social identities**

**Leandro Barbosa Campos**

Universidade Federal do Rio de Janeiro  
leandroaage@gmail.com.br

**Laísa Freire**

Universidade Federal do Rio de Janeiro  
laisa@ufrj.br

### **Resumo**

Há uma demanda social urgente por lugares de diálogos e enfrentamentos dos problemas ambientais atuais. A especialização em Educação Ambiental se apresenta como uma resposta ao campo podendo contribuir para a constituição identitária de educadores ambientais comprometidos com a transformação social. O objetivo do presente estudo foi identificar os cursos de especialização em Educação Ambiental no Brasil e caracterizar suas propostas de formação. Tomamos como referência para identificação dos cursos as Bases do e-MEC disponibilizadas pelo Ministério da Educação. Identificamos 430 cursos no Brasil, sendo 409 nas Instituições Privadas e somente 21 nas Instituições Públicas. Observamos que o processo de mercantilização cria limitações de acesso à educação pública de qualidade. Portanto, há necessidade de ampliação na oferta de cursos em Instituições Públicas comprometidas com a transformação social, possibilitando a construção da reexistência de aspectos identitários e a construção de conhecimentos ambientais ávidos por mudanças sociais.

**Palavras chave:** educadores ambientais, especialização, identidade.

### **Abstract**

There is an urgent social demand for places for dialogues and facing current environmental problems. The graduate courses in Environmental Education presents itself as a response to the field and can contribute to the identity formation of environmental educators committed to social transformation. The aim of the present study was to identify graduate courses in Environmental Education in Brazil and to characterize their training proposals. We take as a reference for identifying the courses the e-MEC Bases provided by the Ministry of Education. We identified 430 courses in Brazil, 409 in Private Institutions and only 21 in Public Institutions. We observed that the commercialization process creates limitations on access to quality public education. Therefore, there is a need to expand the offer of courses in Public Institutions committed

to social transformation, enabling the construction of re-existence of identity aspects and the construction of environmental knowledge eager for social changes.

**Key words:** environmental educators, graduate courses, social identity.

## Introdução

A relação entre Educação em Ciências (EC) e a Educação Ambiental (EA) busca contribuir para a formação de cidadãos participativos (MÉJIA-CÁCERES, et al., 2016) com perspectivas promissoras para o enfrentamento das questões controversas da sociedade (LIMA, 2019). Nesse sentido, pensar em educadores ambientais é pensar na formação de professores críticos (OLIVEIRA, 2015) e em suas “constituições identitárias” (ACOSTA, 2019, p.161). As identidades são um processo em trânsito, ou seja, se situam em permanente reconfiguração (HALL, 2019, p.13) tensionadas por lutas hegemônicas e contra hegemônicas (FAIRCLOUGH, 2003).

O planeta Terra vive uma crise ambiental decorrente de um modelo econômico de base capitalista quando observadas pela ótica neoliberal e de crescimento infinito (GUIMARÃES, 2017). A mudança deste cenário requer a participação das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas como um núcleo importante para a formação de educadores ambientais (MORALES, 2007), porém este ensino vem sofrendo um processo de transferência para a iniciativa privada (FERRAREZ, 2016) o que pode ser um problema para a transformação social, visto que estes cursos limitam a reflexão crítica do professor sobre o capitalismo, contribuindo para manutenção deste modo de produção. Toda essa conjuntura se dá por falta de um maior acompanhamento e avaliação da administração pública gerando cursos de qualidade discutível e trazendo insatisfação tanto para o mercado como para os profissionais/estudantes (SILVEIRA; PINTO, 2005; PAVAN; BACKES, 2016).

No contexto de formação de educadores ambientais destacamos a pós-graduação *lato sensu* (especialização) em EA como lócus para a conformação identitária deste profissional, sobretudo na IES públicas para uma formação atrelada a criticidade, movimentos de resistência e emancipação social (MORALES, 2007). A formação inicial do professor de biologia<sup>1</sup> não tem dado conta da discussão das questões ambientais devido a oferta de disciplinas fragmentadas que priorizam uma formação focada na área biológica, restringindo uma leitura do campo ambiental e limitando uma percepção mais global (FREIRE, et al., 2016).

O objetivo desta pesquisa foi identificar os cursos de especialização em EA no Brasil e assim caracterizar suas propostas de formação. A partir de nossos resultados discutimos a relação desses cursos com o atual cenário econômico e social, problematizando as estruturas de funcionamento destes cursos como mobilizadores para a constituição da identidade do educador ambiental.

---

<sup>1</sup>O campo da EA tem historicamente dialogado com o campo de formação de professores de ciências/biologia, compartilhando questões comuns e objetivos de ensino que visam a tomada de decisões qualificadas sobre determinadas questões da sociedade (LIMA, 2019).

## Fundamentação teórica

O Brasil tem passado por inúmeras mudanças sociais e econômicas, tais como privatizações e concorrência do mercado de trabalho, gerando nos profissionais a necessidade crescente de especialização para enfrentar estas novas demandas. Neste contexto, os cursos de especialização em EA no Brasil se destacam como oportunidade de atualização e aperfeiçoamento do profissional/estudante que já concluiu o ensino superior ou que já esteja inserido no mercado de trabalho e que não tenha a pretensão de adentrar a área acadêmica (LIMA; MASSON, 2020).

A transformação da atual crise ambiental se inicia com uma formação ambiental que permita o indivíduo avançar no questionamento e enfrentamento das questões ambientais urgentes (GUIMARÃES, 2017), mas para o desenvolvimento de um ensino que contemple esta necessária transformação, é preciso que as IES estejam preparadas para formar cidadãos críticos, resistentes ao atual modelo econômico degradador e que visem a preservação do meio ambiente (DIAZ, 2019). Neste sentido, se recupera a importância da especialização na formação do educador ambiental como lugar para constituição identitária deste profissional, onde o sujeito pós-moderno como um ser social a constrói nas relações que estabelecem com o meio social, possibilitando a construção da reexistência<sup>2</sup>. A dinâmica contínua no mundo globalizado favorece a constituição de novos sentidos, caracterizando identidades como algo em constante transformação (MORALES, 2007).

De acordo com Palácios e Lopes (2018), a partir da ofensiva neoliberal e dos projetos de Reforma Universitária no Brasil se observa um privilégio do ensino privado em detrimento da educação pública e gratuita, garantida como direito, ante o avassalador aumento do empresariamento e mercantilização do ensino superior. Como consequência, há uma produção em massa de profissionais formados para o mercado de trabalho atendendo as exigências do capital, produzindo e difundindo conhecimentos voltados ao interesse das grandes maiorias.

## Metodologia

Como metodologia para identificar, localizar e caracterizar os cursos, tais como: as IES onde ele é oferecido (pública ou privada), região do país onde está localizado, nome do curso, número de vagas oferecidas a cada edital, usamos como referência as Bases de Dados Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (e-MEC) disponível em: <https://emec.mec.gov.br/emec/nova>.

Utilizamos a aba “*consulta avançada*” para encontrar os cursos de especialização em EA no Brasil. No campo “*busca por curso*” o termo digitado foi “curso de especialização”. O campo “*nome, sigla ou código da instituição*” foi deixado em branco para que a busca fosse efetuada em todas as instituições do Brasil, seja ela pública ou privada. No campo “*curso*” foi digitado o termo “educação ambiental”. No campo “*área*” foi preenchido com a palavra “geral” e os espaços “*UF e Município*” foram deixados em branco, pois a pesquisa contemplou todo o Brasil. No espaço “*modalidade*” marcamos o termo “presencial” e “distância” e a “*situação*” selecionada foi “ativo” e “inativo”.

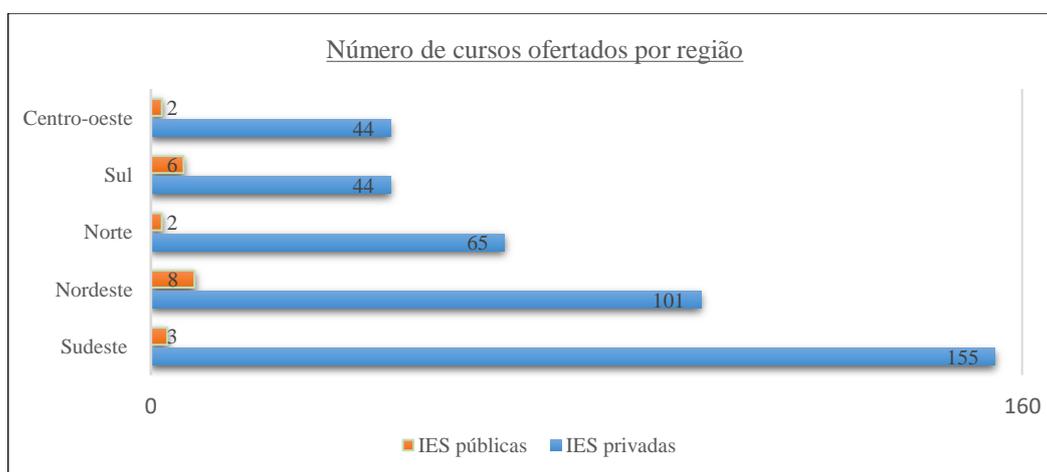
---

<sup>2</sup> Para Acosta (2019, p.150) “a construção da reexistência pode ser entendida como sendo realizada por um conjunto de práticas contra ideológicas – na medida em que questionam o estado de coisas e lutam pela sua superação, pela resistência por um projeto de sociedade, pela igualdade e pela solidariedade”.

## Resultados e discussão

A pesquisa realizada no e-MEC revela que no Brasil existem quatrocentos e trinta cursos (430) de especialização em EA, sendo quatrocentos e nove (409) nas IES privadas e somente vinte e um (21) nas IES públicas (FIGURA 1). Os cursos de especialização estão na sua maioria na iniciativa privada, o que pode ser um problema para transformação social, visto que estes cursos limitam a reflexão crítica sobre o capitalismo, contribuindo para manutenção deste modo de produção. A crise socioambiental atual é resultado dos modos de produção do sistema capitalista vigente. A educação é um processo não neutro que se desenvolve dentro do sistema capitalista e que pode servir tanto para transformação quanto para reprodução das estruturas sociais. As IES privadas podem limitar diálogos em torno das questões socioambientais, contribuindo para formação afastada dos aspectos críticos (FERRAREZ, 2016; PAVAN; BACKES, 2016).

Figura 1 - Distribuição por Região do curso de especialização em EA no Brasil



Fonte: própria

As ofertas dos cursos nas IES públicas tiveram início na década de 1986, mas o maior movimento de criação foi a partir do ano de 2004. A região Nordeste lidera a oferta de cursos com oito (08) IES públicas, em segundo lugar vem a Região Sul com seis (06), em terceiro lugar aparece a Região Sudeste com três (03) e por fim estão empatadas as Regiões Norte e Centro-oeste, ofertando dois (02) cursos respectivamente (FIGURA 1). Os nomes das IES públicas que oferecem o curso, a respectiva Região do Brasil onde eles estão localizados e o número de vagas ofertadas por Região estão ilustrados no Quadro 1. Destacamos o Instituto Federal do Rio Grande do Norte e Universidade Federal do Pampa que oferecem três (03) e dois (02) cursos respectivamente distribuídos em diferentes *Campis* (QUADRO 1). Diferentes IES públicas e gratuitas adotam diferentes nomenclaturas para os cursos de especialização, tais como: EA com ênfase em espaços educadores sustentáveis, EA e gestão, EA e geografia, EA e formação de professores EA marinha costeira, EA e sustentabilidade, EA e biodiversidade e EA e sustentabilidade na região do semi-árido.

O ensino superior brasileiro vem sofrendo um processo de transferência de seu controle e oferta para a iniciativa privada, fato observado desde que os planos de pós-graduação investiram na consolidação dos programas *stricto sensu*, priorizando a pesquisa enquanto

que a especialização aos poucos foram perdendo o foco nas políticas oficiais regulatórias dessa modalidade (PILATI, 2006). Neste sentido, a especialização foi sendo absorvida pela iniciativa privada, pois um curso de mestrado ou doutorado passa por credenciamento e avaliação rigorosas, diferentemente dos cursos *lato sensu* que foram abandonados pela política educacional brasileira em detrimento dos mestrados profissionais (FILHO, 2004).

Quadro 1 - Detalhes e localização dos cursos de especialização em EA gratuitos no Brasil nas IES públicas

Região	Instituição (IES)	Vagas
Nordeste	Universidade do Estado da Bahia, Instituto Federal da Bahia, Instituto Federal do Rio Grande do Norte (03), Universidade federal do Rio Grande do Norte, Universidade Regional do Cariri, Universidade Federal Rural de Pernambuco.	425
Centro-oeste	Universidade Federal de Goiás e Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.	390
Sul	Universidade Federal de Santa Maria, Universidade Federal do Pampa (02), Universidade Federal de Pelotas, Universidade Federal do Paraná, Instituto Federal de Santa Catarina.	277
Norte	Instituto Federal do Pará e Instituto Federal do Tocantins.	160
Sudeste	Instituto Federal Fluminense, Instituto Federal do Espírito Santo, Universidade Federal de São Paulo.	90

Fonte: Própria

O número de estudantes de pós-graduação no setor privado cresceu 30%, enquanto que no setor público esse crescimento foi de 8%. Neste sentido, observamos que a especialização no setor privado é um mercado atrativo para os moldes da mercantilização. A própria análise visual das barras do Gráfico da Figura 1 nos mostra esta diferença. A privatização do ensino no Brasil marcou o período de 1996-2001 com um aumento massivo da formação inicial e continuada. De 2001 a 2006 o crescimento diminuiu, mas permaneceu ascendente com a expansão dos centros universitários e a oferta na Educação à Distância. Fazendo um comparativo do número de vagas ofertadas na especialização por ano entre as IES públicas e privadas, 98% delas estão nas IES privadas (SEGENREICH, 2009).

A preocupação com a mercantilização da área ambiental reside na construção de identidades de educadores ambientais com a tônica da perda dos valores éticos e da cidadania para uma visão mais competitiva e individualista. Para Souza (2016) a privatização da EA tem como consequência a constituição de estilos afastados da preocupação com os recursos naturais. Cursos que possuem o rótulo “ambiental” em seus títulos não significam a garantia de que frente aos impasses e conflitos socioambientais os profissionais ali formados se posicionarão a favor daqueles que vivem em vulnerabilidade social.

Mediante os dados levantados reiteramos a importância da especialização em EA como elemento articulador para uma formação específica, dinâmica e eficiente sobre as questões ambientais. O lugar da especialização em EA se apresenta como propício ao debate de ideias, investimento educativo teórico-metodológico e a construção de novos conhecimentos ambientais envolvendo ação individual e coletiva. Possibilita também um lugar generativo do pensar, debater e criar estratégias para o distanciamento de modelos

tradicionais da ciência e forças hegemônicas, estabelecendo vínculos mais diretos com outros espaços e áreas do conhecimento. A especialização em EA busca pontos de ruptura nas estruturas sociais para emancipação social (RUIZ; ROSALES, 2016), constituindo novas identidades e possibilitando a construção da reexistência por meio do discurso (ACOSTA, 2019, p.145), passo importante para o processo emancipatório.

A inserção da empresa privada nos cursos de especialização em EA tensiona a formação, na medida que a prioridade da produção de conhecimentos está voltada para o mercado de trabalho, afastando a IES do seu papel social de formar profissionais críticos (RAMOS e DRI, 2012), moldando a constituição identitária do professor que possui uma lacuna no diálogo com o campo ambiental desde a formação inicial (FREIRE et al., 2016). O desafio para a formação do especialista em EA está em favorecer a constituição identitária de profissionais comprometidos com a transformação social e por isso comprometidos com propostas alternativas ao modelo de desenvolvimento exploratório, patriarcal e eurocentrado.

A preocupação com a mercantilização da área ambiental está na construção de identidades de educadores ambientais com a tônica da perda dos valores éticos e da cidadania para uma visão mais competitiva e individualista. Advogamos que a construção da identidade dos educadores ambientais está relacionada com os lugares formativos onde se encontram educadores intencionados com as causas ambientais.

## **Conclusão**

Os processos de mercantilização da educação podem ser entendidos no contexto sócio-histórico como uma oportunidade de privatização, ou seja, um processo de transferência da educação pública para a iniciativa privada, criando limitações de acesso à educação pública de qualidade. Potencializar a democratização da universidade, fortalecer os espaços democráticos da educação como um bem público e mobilizar a sociedade para o perigo que a educação pública está submetida se apresentam, dentre outros, como possíveis caminhos para superação deste problema.

A maior oferta de cursos de especialização em EA no Brasil está nas IES privadas o que pode reduzir diálogos mais amplos em torno das questões críticas da EA, tensionando e tecendo a constituição identitária dos educadores ambientais. Neste sentido, as IES Públicas se apresentam com maior autonomia para construção de conhecimentos ambientais, encarando com resistência o julgo da sociedade ao mercado de capital. A especialização em EA a partir da perspectiva crítica permite uma reflexão ativa e transformadora da sociedade, com a preocupação de formar uma nova geração que caminha para um mundo mais sustentável e tecendo identidades que mobilizem ações emancipatórias.

Faz-se necessário a criação de novos cursos de especialização em EA e ampliação do número de vagas dos já existentes nas IES públicas, resgatando sua vocação primeira de ser um campo de reflexão crítica, caminho para novas descobertas e responsabilidade pela construção e perpetuação de uma sociedade democrática.

## Referências

- ACOSTA, Maria Del Pilar Tobar. Crítica insurgente e o discurso do lado de cá: por uma ADC desde e para a América Latina. In: RESENDE, Viviane de Melo (org). **Decolonizar os Estudos Críticos do Discurso**. 1. ed. Brasília: Pontes, 2019. p. 1-26.
- DÍAZ, Eduardo Garcia et al. Más allá de la sostenibilidad: por una Educación Ambiental que incremente la resiliencia de la población ante el decrecimiento. **Revista de Educación Ambiental y Sostenibilidad**, Cadiz, v.01, n.01, p. 1-15, 2019. Disponível em: [http://dx.doi.org/10.25267/Rev\\_educ\\_ambient\\_sostenibilidad.2019.v1.i1.1101](http://dx.doi.org/10.25267/Rev_educ_ambient_sostenibilidad.2019.v1.i1.1101). Acesso em: 01 out. 2020.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing discourse**. 1. ed. EUA: Routledge, 2003.
- FERRAREZ, Cynthia Santos. Mercantilização da formação superior brasileira e a formação profissional do serviço social. **Temporalis**, Brasília, n. 31, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.22422/2238-1856.2016v16n31p79-104>. Acesso em: 01 out. 2020.
- FILHO, José Paulino Peixoto. **Pós-graduação Lato sensu como formação continuada: um estudo da experiência de curso na UFPE**. 2004. 158 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.
- FREIRE, Laísa Maria; MÉJIA-CÁCERES, Maria Anjélica; JULIANI, Sama de Freitas. Formación de profesores de ciencias desde la perspectiva ambiental: experiencias de investigación. **MaDoQuim**, Colômbia, v. 5, n. 1, p. 23-30, 2016. Disponível em: <http://revistas.pedagogica.edu.co/index.php/memorias/article/view/3625>. Acesso em: 9 set. 2020.
- GUIMARÃES, Mauro. Educação ambiental e os processos formativos em tempos de crise. **Revista Diálogo Educação**, Curitiba, v. 17, n. 55, p. 1574-1597, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7213/1981-416X.17.055.DS06>. Acesso em: 31 ago. 2020.
- HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019.
- LIMA, Maria Jackeline Girão Soares. Educação ambiental e ensino de ciências e biologia. **Revista De Ensino De Biologia**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 115-131, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.46667/renbio.v12i1.182>. Acesso em: 9 set. 2020.
- LIMA, Michelle Fernandes; MASSON, Gisele. Atratividade no ingresso e permanência na carreira docente em redes municipais de educação. **Educação**, Santa Maria, v.45, p. 1-24, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5902/1984644438298>. Acesso em: 30 set. 2020.
- MORALES, Angélica Góes Muller. A universidade e a formação em educação ambiental: um inventário dos cursos de especialização. In: VII ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 2007, Ribeirão Preto: SP. **Anais do VII Encontro Pesquisa em Educação Ambiental: Democracia, políticas públicas e práticas educativas**. Ribeirão Preto, SP: EPEA, 2007.
- OLIVEIRA, Maria Aparecida Nunes. (Re)Pensando A Formação De Professores Em Educação Ambiental. **Revista Monografias Ambientais**, Santa Maria, p. 08-16, 2015. Disponível em: <http://DOI: 105902/2236130818732>. Acesso em: 01 out. 2020.

PALÁCIOS, André Luis; LOPES, Fernando José. A privatização do ensino superior no Brasil. **Revista de Pós-Graduação Multidisciplinar**, São Paulo, v. 1, n. 4, p. 59-76, 2018. Disponível em: <http://doi.org/10.22287/rpgm.v1i4.771>. Acesso em: 01 out. 2020.

PAVAN, Ruth, BACKES, Licínio. O processo de (des)proletarização do professor da educação básica. **Revista Portuguesa de Educação**, Portugal, v.29, n.02, p. 35-58, 2016. Disponível em: <http://doi.org/10.21814/rpe.5957>. Acesso em: 01 out. 2020.

PILATI, Orlando. Especialização: falácia ou conhecimento aprofundado? **Revista Brasileira de Pós-graduação**, Brasília, v.03, n.05, p. 7-26, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.21713/2358-2332.2006.v.3.93>. Acesso em 18 set. 2020.

RAMOS, Marilú Dascanio; DRI, Wisllayne Ivellyze de Oliveira. O setor privado no sistema educacional brasileiro: uma vertente da mercantilização da educação, **Acta Scientiarum Education**, Maringá, v. 34, n. 1, p. 71-80, 2012. Disponível em: <http://doi.org/10.4025/actascieduc>. Acesso em: 30 set. 2020.

RUIZ, Javier Reyes; ROSALES, Elba Castro. La educación ambiental: ¿Un campo de conocimiento? **Revista Eletrônica Mestrado Educação Ambiental**, Porto Alegre, v.33, n.1, p. 95-111, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.14295/remea.v0i0.5967>. Acesso em: 18 set. 2020.

SEGENREICH, Stella Cecília Duarte; CASTANHEIRA, Antônio Mauricio. Expansão, privatização e diferenciação da educação superior no Brasil pós - LDBEN/96: evidências e tendências. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v.17, n.62, p. 55-86, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362009000100004>. Acesso em: 18 set. 2020.

SILVEIRA, Vladimir Oliveira; PINTO, Felipe Chiarello de Souza. Reflexões necessárias sobre o mestrado profissional. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, São Paulo, v.2, n.4, p. 38-47, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.21713/2358-2332.2005.v2.76>. Acesso em 18 set. 2020.